



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM

Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 419 - CEP 05403-000 – SP - SP
Tel.: (11) 3085-4066 – Fax: 3088-8213 – E-mail: ee@edu.usp.br
C.P. 5751 - CEP 01061-970 – São Paulo – SP - Brasil

DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM EM SAÚDE COLETIVA

1. Identificação da resenhista

- Nome: Ligia Bugelli Hermano Santos
- Profissão: Gestora de Políticas Públicas
- Mestranda do Programa de Pós-graduação em Enfermagem da EEUSP.

2. Data e local de elaboração da resenha.

- São Paulo – 25 de abril de 2014

3. Título da obra analisada: CASTRO, Mary Garcia. "Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes". In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 275-303.

4. Unitermos: 1. Juventude e violência 2. Juventude e Políticas Públicas 3. UNESCO

- Termos adicionados: 1. Juventude 2. Problemas sociais.

5. Corpo da resenha:

5.1. Resumo da obra

A autora inicia a obra destacando os principais grupos identitários que possuem o propósito de estruturar políticas públicas a partir de ações afirmativas como, por exemplo, a elaboração de uma Política Nacional de Juventude, que vem tomando fôlego no início de 2004. Neste caso, a política pede aos jovens mais investimento teórico-político e leitura mais reflexiva.

Outros grupos que a autora introduz são: o movimento feminista e o movimento negro. Tais movimentos enfrentam o desafio de não apenas se reduzir a estruturar planos em nível executivo e garantir que os movimentos sociais tenham

representatividade na formulação das políticas, mas também defender que como beneficiários é necessário legitimar enfoques de gênero e de cunho anti-racista ao serem reconhecidos dentro de suas singularidades étnicas-raciais nas políticas universais.

Castro explica que os movimentos pró novos direitos humanos e cidadania (que ganharam força na passagem do século XIX para o século XX) confundem-se com o conceito de ações afirmativas. Essas, por sua vez, são ações que visam garantir oportunidades para aquelas pessoas que tem a sua vida marcada por discriminações e opressões, por meio de ações legais e programas.

Entretanto, tanto o movimento **de direitos humanos e políticas de ações afirmativas** reconhecem que:

- As desigualdades sociais multiplicam-se, ou seja, mesmo entre os excluídos socialmente devido a sua classe social (relações capital e trabalho), existem os que sofrem outras exclusões. Exemplo: os jovens negros encontram-se em pior situação que os jovens brancos quanto à taxa de empregabilidade devido aos indicadores subjetivos e culturais (raça, gênero, momento de ciclo vital).
- Não é apenas na economia que o Estado deveria intervir como agente de bem-estar social e sim em vários outros sistemas de discriminações e de explorações.

A autora também aponta que cada sistema identitário tem suas singularidades de linguagem, rebeliões históricas e, portanto, pede formatações próprias. Por exemplo, o movimento feminista singulariza diferenças culturais em um sistema de gênero e assim influencia o todo, contribuindo para a formação de uma sociedade alternativa.

Castro explicita seu ponto em relação ao sistema vigente, dizendo que as ações afirmativas não podem ser consideradas apenas um acerto de contas histórico, ou seja, políticas que tenham como beneficiários mulheres, negros, jovens ou idosos. Políticas de ações afirmativas estão orientadas para desconstruir relações sociais, alterando os construtos que reproduzem desigualdades.

Portanto, tais ações são denominadas de “marco redistributivo”, exigindo que o Estado vá além de declarações de boas intenções, cotas e programas pontuais, e

modifique toda a estrutura orçamentária da União. Por exemplo, as identidades de direitos, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Secretaria Especial de Políticas para Mulher (SPM) são as pastas que possuem os orçamentos mais baixos.

O caminho a seguir é a busca pela possibilidade de diminuir as desigualdades de oportunidades, sem que suas diferenças identitárias (cultura, construção histórica) sejam esquecidas.

No caso dos jovens a autora destaca outro ponto relevante: o enfoque “geracional” ou juvenil permitiria ao jovem mais fontes para buscar uma visão crítica, construir sua personalidade, considerando parâmetros como a formação de autonomia e o acesso a bens culturais, lazer, esporte e etc. Entretanto, tais fontes estão sujeitas à lógica de mercado, transformando o jovem em um consumidor.

Outro ponto importante é a oposição polêmica entre **políticas universais e políticas focalizadas**. A autora afirma que não basta haver políticas universais, pois são necessárias políticas que atendam às singularidades de cada grupo identitário. Por outro lado, é direito dos desiguais alcançarem a universalidade. Portanto, Castro postula a “**transversalidade das políticas**” que, ao mesmo tempo em que identifica desigualdades, considera também as necessidades específicas de cada área ou grupo social.

Não por acaso, as Secretarias Especiais (SPM e SEPPIR), que dialogam com os demais Ministérios e formulam programas próprios. Para a autora, isso acontece não apenas devido à ótica da transversalidade, mas sim porque tais Secretarias têm sua base em movimentos sociais e seus conselhos são formados por entidades da sociedade civil.

Castro menciona ainda algumas dificuldades com a vigilância dos conselhos civis, a pouca qualificação da sociedade civil e muitas vezes o exercício de estratégias assistencialistas e nepotismo. Também defende a tese de que a alquimia de raça, gênero e geração, isto é, a mistura de categorias sociais na produção de sujeitos políticos, tem potencialidade de colaborar na subversão cultural de um sistema de classes, indo além da perspectiva dos direitos

humanos, criando ações afirmativas para o enfrentamento de desigualdades e inclusão de identidades específicas. Ou seja, expressa o direito de exercer a cidadania plena, muito além das reivindicações, investindo na formação de sujeito de direitos, no empoderamento para o acompanhamento de tais políticas por meio do controle social. Um mecanismo básico para tal empoderamento é a participação civil.

Outra questão importante abordada pela autora é o risco de uma apreensão pós-moderna de tais sistemas, isto é, políticas de ações afirmativas que competem entre si deixando de lado a riqueza das identidades na política. Por exemplo, as políticas de cotas nas universidades precisam estar acompanhadas de ações afirmativas como bolsas para estudantes pobres e melhorias do ensino das escolas públicas, possibilitando um bom desempenho dos cotistas nas universidades. Ou seja, políticas afirmativas efetivas pedem transformações quanto à inclusão e à qualidade de serviço de referência.

Para a autora, as políticas de ações afirmativas vão além de cotas, pois mesmo específicas, focalizam necessidades, recompõem defasagens e tocam em diferenças estruturais e culturalmente modeladas, constituindo políticas afirmativas integradas, que combinam enfoques identitários, atacando os múltiplos condicionantes de desigualdades. Considera um grande desafio combinar o enfrentamento de múltiplos sistemas de reproduções de desigualdades, sem se deter somente na crítica às diferenças.

Especificamente no caso dos jovens, destaca que 50% dos jovens entre 15 e 24 anos estão fora da escola e questiona qual é a validade de uma política pública para jovens que beneficia apenas os estudantes, como por exemplo, a carteirinha escolar que dá direito a pagar meia-entrada em eventos culturais. A autora defende a ideia de formatação de políticas de/para/com juventude. Ou seja, políticas que contemplem as reivindicações juvenis; as responsabilidades do Estado (prover estudo, lazer e esporte); o empoderamento dos jovens na formulação da própria política voltada para a juventude, exercitando a cidadania civil e política.

Por fim, Castro acredita que dar voz a diversidade é o primeiro direito humano que precisa ser respeitado, defendendo que há vários tipos de jovens hoje que precisam de espaço para representar seus direitos.

5.2 Comentários da resenhista:

O texto de Castro contagia-nos com seu entusiasmo ao defender as políticas públicas para as pessoas que tem suas vidas marcadas por discriminações e opressões.

Temos a ideia de que ações que minimizam as discriminações de gênero, raça e geração sejam as mais comuns. Entretanto, a partir da leitura deste artigo, compartilho da percepção da autora de que não basta a construção de políticas públicas superficiais, que não considerem, por exemplo, o histórico cultural de cada identidade. É preciso ir além, desconstruir antigas relações sociais, mexendo nas fontes que produzem as desigualdades.

Ações afirmativas bem construídas influenciam o todo, contribuindo para formar uma sociedade alternativa. É crucial entender que essas políticas não devem ser vistas apenas como um acerto de contas, tampouco como regalias, e sim como direito de muitos marcados historicamente por injustiças sociais.

Ao final do artigo observamos o enfoque da autora na questão da juventude. É extremamente importante que os governantes entendam seu papel de Estado provedor do bem-estar social, isto é, dar acesso a bens culturais, lazer e esporte que irão possibilitar aos jovens a construção de suas personalidades, senso de justiça e autocrítica. Entretanto, tais fontes estão entregues à lógica de mercado, que as transformam em produtos e os jovens em consumidores. Com isso, aumentam as dificuldades de acesso, afinal os jovens que se encontram em situação de desemprego não podem participar desta lógica capitalista.

Outra questão relevante é em relação às cotas em universidades. Esta política acaba se tornando incompleta, uma vez que bolsas de auxílio e melhorias na educação das escolas públicas não são efetivas. Outro ponto que vale destacar é o fato de que 50% dos jovens não estão nas escolas, portanto políticas públicas para

a juventude que apenas focam apenas os estudantes estão deixando de incluir uma grande parcela da população jovem.

A meu ver, o melhor caminho a seguir é enfrentar o grande desafio de interromper a reprodução de desigualdades, sem deixar de considerar as ações integradas, isto é: focalizar nas particularidades de cada grupo, considerando a universalidade dos direitos.

6. Intertexto para ampliação:

6.1. Obras anteriormente lidas que me auxiliaram para o entendimento do texto.

- Silveira, Maria Lucia. Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda políticas na perspectiva da igualdade. *Presença da Mulher*, n. 45, outubro 2003.
- Castro, Mary Garcia. Alquimia das Categorias sociais na produção de sujeitos políticos. *Revista de Estudos Feministas*, n 0, 1992, p 57-74.

6.2. Duas obras que pretendo ler para aprofundar os conhecimentos sobre o tema do texto.

- Abramovay, Miriam. Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas / Miriam Abramovay et alii. – Brasília : UNESCO, BID, 2002. 192 p.
- Castro, M. G. e Abramovay, M. Por um novo paradigma de fazer políticas públicas —políticas de/para/com juventudes». *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, V. 19, Nº2. São Paulo 2002.

7. Apreciação geral:

Artigo extremamente interessante, com informações até então desconhecidas, fugindo do senso comum. O texto é de alta qualidade, entretanto, não o considero muito claro, pois algumas vezes tive dificuldade de compreensão e ao fazer a releitura do parágrafo, pude detectar que o que estava impedindo a total compreensão era a presença de alguns erros de pontuação, como, por exemplo, a falta do uso de vírgulas ou muitas vezes a ordem das palavras na sentença. Não utiliza uma linguagem muito formal e técnica.